



ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL
GABINETE DEPUTADA FÁTIMA CANUTO

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 1173/2026
Data: 09/06/2026 - Horário: 17:11
Legislativo

PROJETO DE LEI Nº ____/2026

CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA O
INSTITUTO LUZ DA VIDA DE PALMEIRA
DOS ÍNDIOS/AL.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS decreta:

Art. 1º Fica considerado de Utilidade Pública O INSTITUTO LUZ DA VIDA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, com personalidade distinta de suas afiliadas, inscrita no CNPJ sob o nº 07.977.081/0001-23, com sede social e administrativa no Povoado Uruçu, s/n, CEP: 57600-970, no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Assembleia Legislativa Estadual, em Maceió,

09 de junho de 2026.


FÁTIMA CANUTO
Deputada Estadual



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 07.977.081/0001-23 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/04/2006
NOME EMPRESARIAL INSTITUTO LUZ DA VIDA		
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INSTITUTO LUZ DA VIDA		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 87.20-4-99 - Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química e grupos similares não especificadas anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONOMICAS SECUNDARIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA 399-9 - Associação Privada		
LOGRADOURO SIT POVOADO URUCU	NUMERO SN	COMPLEMENTO *****
CEP 57.600-970	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PALMEIRA DOS INDIOS
ENDEREÇO ELETRÔNICO ALMIRBORGESLEANDRO@HOTMAIL.COM		TELEFONE (82) 9111-1520
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/10/2019
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 02/12/2025 às 13:14:06 (data e hora de Brasília).

Ata da Assembleia Geral de Eleição Da Nova Diretoria e Conselho Fiscal, de 01 de Novembro de 2024, do Instituto Luz da Vida inscrito no CNPJ nº 07.977.081/0001-23



No dia 01 de Novembro de 2024, às 10h, no povoado sítio do Urucu S/N na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas reuniram-se os representantes do Instituto Luz da Vida, inscrita no CNPJ nº 07.977.081/0001-23, reuniu-se os membros que abaixo assinam, em conformidade as seguinte pautas do Edital de Convocação do dia 01 de Outubro de 2024: 1 - Eleição e posse da nova diretoria e conselho fiscal. A reunião iniciou-se às 10h, pontualmente, sob a coordenação do Senhor **PRESIDENTE, ALMIR ROBERIO BORGES LEANDRO**, brasileiro, solteiro, missionário, inscrito no RG nº 2003001040060 SSP/AL e CPF nº 059.500.754-63, fez primeira chamada, para atingir o quórum para modificações estatutárias. Atingido o quórum em primeira chamada, lendo a pauta e entregando a lista de presença. Presentes ainda o **DIRETOR ADMINISTRATIVO: Renato Cante da Silva** CPF nº 167.046.518-70 RG nº 98001123018 SSP/AL, Estado Civil: Solteiro, Profissão: comerciante, End.: rua Lourival Amaral Nº 61 Floresta na Cidade de Santana do Mundaú Estado de Alagoas; **TESOUREIRO: Gervasio Raimundo dos Santos Neto**, CPF nº 054 383.484-05, RG nº: 1782939 SEDS/AL, Estado Civil: Solteiro, Profissão: Advogado, End.: Av: Roberto Mascarenhas de Brito nº 110, Jatiúca, Maceió/AL; **CONSELHO FISCAL: 1º CONSELHEIRA: Anna Carollyna Marques de Souza almeida**, CPF nº 097.825.474-09, RG nº 3638504-2 SSP/AL, Estado Civil solteira, Profissão: Assistente Social, End. Rua Neto Bomfim nº 93 cidade de Anadia Estado de Alagoas **2º CONSELHEIRA: Leonancy Cruz de Queiroz**, CPF nº 023.632.154-43, RG nº 13899981 SSP/AL, Estado Civil; Solteira, Profissão: Enfermeira, End. rua Lourival Amaral Nº 61 Floresta na Cidade de Santana do Mundaú Estado de Alagoas; **3º CONSELHEIRO: weber Lins da silva**, CPF nº 089.930.544-01, RG nº 30221102, Estado civil Solteiro, Profissão: Conselheiro Terapêutico, End. rua Lourival Amaral Nº 61 Floresta na Cidade de Santana do Mundaú Estado de Alagoas. Ressalta-se que todos membros foram cientificados da Assembleia, verbalmente e por edital no endereço do Instituto Luz da Vida, no povoado sítio do Urucu S/N na cidade de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, CEP 57600-970, conforme permissivo do art. 72 do Código Civil. O Presidente cumprimentou a todos pela presença, sendo assertivo com as pautas, de eleição para membros da Diretoria e Conselho Fiscal. Tendo sido verificada a presença de todos os membros, o Senhor Secretário, **Renato Cante da Silva**, em conjunto e por autorização do Presidente deu início aos trabalhos da 1ª pauta de eleição e posse da nova diretoria e conselho fiscal, foram indicadas as seguintes pessoas para compor o quadro da Diretoria e conselho fiscal: Para Presidente, Almir Robério Borges Leandro, para Secretário Administrativo, Ana Maria Marque Cavalcante da Silva Para Tesoureiro: Hermes Emanuel Alves Barros, para 1º Conselheiro Renato Cante da Silva Para 2º conselheiro Leonancy Cruz de Queiroz, para 3ª conselheiro Maria de Lourdes Borges Leandro. O Secretario convidou para fazer presente a mesa a 1º Conselheira: ANNA CAROLLYNA MARQUES DE SOUZA ALMEIDA e como 2º Conselheiro: LEONANCY CRUZ DE QUEIROZ, então instalou-se a comissão e mesa de apuração de votos colhidos da sessão eleitoral de votação, para a composição da nova direção e conselho fiscal, atendendo as determinações emanadas das normas Eleitorais, bem como do Edital de convocação da referida eleição acima citada, que segue em anexo a esta. Assumindo os trabalhos de apuração dos votos a comissão eleitoral deu por aberto os trabalhos de apuração dos votos, que antes de começar a apuração, verificou-se que todo o material das eleições iniciada as 10h realizada no dia 01 de Novembro de 2024, encontrava-se em condições regular, não se observando nenhum protesto, assim com votação unanime toma posse a nova diretoria e conselho fiscal, composta por: **PRESIDENTE, ALMIR ROBERIO BORGES LEANDRO**, brasileiro, solteiro, missionário, inscrito no RG nº 2003001040060 SSP/AL e CPF nº 059.500.754-63, com o End. Povoado Urucu S/N Zona Rural da Cidade de Palmeira dos Índios do Estado de Alagoas. **DIRETOR ADMINISTRATIVO: ANA MARIA MARQUES CAVALCANTE DA SILVA** brasileira, solteira, do lar, inscrita no RG nº 30780055 SJDS/AL e CPF nº 072.330.414 - 90, com o End. Loteamento Georgina Novaes Nº02 Marechal Deodoro - Alagoas. **TESOUREIRO: Hermes Emanuel Alves Barros** CPF nº

075.829.374-73, RG nº: 38085151 SSP AL, Estado Civil: Solteiro, Profissão: Autônomo, Estado Civil: Solteiro, Profissão: comerciante, End.: rua Lourival Amaral Nº 61 Floresta na Cidade de Santana do Mundaú Estado de Alagoas; 2º CONSELHEIRA Leonancy Cruz de Queiroz, CPF nº 023.632.154-43, RG nº13899981 SSP/AL, Estado Civil: Solteira, Profissão: Enfermeira, End. rua Lourival Amaral Nº 61 Floresta na Cidade de Santana do Mundaú Estado de Alagoas 3º CONSELHEIRO: Maria de Lourdes Borges Leandro CPF Nº 648.776.124 - 91 RG nº 898020 SSP/AL, Estado Civil: Solteira, Profissão: comerciante, End. Loteamento Georgina Novaes Nº 52 B Marechal Deodoro - Alagoas.. Assim, em votação unânime e por aclamação, aprovaram a Diretoria para o próximo período de 04 anos descrito no art. 7º Estatuto Social Consolidado, a retroagindo o início do mandato à data desta Assembleia, em 01 de Novembro de 2024 e seu término em 01 de Novembro de 2028. Concluiu-se os trabalhos às 17h do dia 01 de Novembro de 2024. Desta forma, eu Renato Cante da Silva redigi a presente Ata, levando a mesma a todos os membros Diretoria Execuliva e do Conselho Fiscal na ocasião presentes, todos já empossados e reconduzidos, a qual fora assinado por todos.

Assinaturas da Diretoria Executiva

CARTÓRIO NOTARIAL
MARECHAL DEODORO

Almir Robério Borges Leandro
Almir Robério Borges Leandro
Presidente

CARTÓRIO NOTARIAL
MARECHAL DEODORO

Ana Maria Marques Cavalcante da Silva
Ana Maria Marques Cavalcante da Silva
Diretor Administrativo

1º TABELAMENTO
DE NOTAS

Hermes Emanuel Alves Barros
Hermes Emanuel Alves Barros
Tesoureiro

Assinaturas do Conselho Fiscal

Renato Cante da Silva
Renato Cante da Silva
PRIMEIRA CONSELHEIRA

Leonancy Cruz de Queiroz
Leonancy Cruz de Queiroz
SEGUNDO CONSELHEIRO

Maria de Lourdes Borges Leandro
Maria de Lourdes Borges Leandro
TERCEIRA CONSELHEIRO

CARTÓRIO NOTARIAL
MARECHAL DEODORO

Poder Judiciário de Alagoas
Selo Digital AP38171-SFQ, AP38173-ONS
H: 16-58 Solicitante: 048-18-
Ord. de Atos: 02 Consulta: <https://selo.tjst.jus.br>

Cartório 1º Ofício de Santana do Ipanema/AL
Reconheço por autenticidade a firma de RENATO CANTE DA SILVA; LEONANCY CRUZ DE QUEIROZ, Santana do Ipanema/AL, 01/11/2024.

Janiele Ramos da Silva
Janiele Ramos da Silva - Substituta

MARIA LERGES VIANA VILELA ALCANTARA
1º OFÍCIO
Janiele Ramos da Silva
Tabalá e Oficial Substituto
Rafaela da Conceição Alencar
Escriturante Autorizada

1º Ofício



INSTITUTO LUZ DA VIDA

Estatuto Social

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO E SEDE

Art.1º. O INSTITUTO LUZ DA VIDA, também designado por LUZ DA VIDA, CNPJ nº 07.977.081/0001-23, é uma Pessoa Jurídica de Direito Privado, fundado em 06 de março de 2006, registrado e Protocolado sob nº. 13463, datado de 06/04/2006, com averbação Protocolada sob nº 16650, datado de 25/10/2019, com sede e foro na Cidade de Palmeira dos Índios, situado no Povoado Uruçu, s/n, CEP: 57600-970, Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas, é uma associação civil, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, constituída por tempo indeterminado.

Parágrafo único: O Instituto Luz da Vida tem como atividade principal o tratamento terapêutico e prevenção, apoio, mútua ajuda, atendimento psicossocial, e ressocialização de dependentes do álcool e outras drogas e seus familiares, em atenção ao regime residencial e transitório, mediante adesão e permanência voluntárias de pessoas com problemas associados ao uso ou à dependência do álcool e outras drogas.

CAPÍTULO II DAS FINALIDADES

Art.2º. No desenvolvimento de suas atividades o INSTITUTO LUZ DA VIDA observará os Princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência, não fazendo distinção de raça, cor, sexo, religião ou classe social.

Parágrafo único - O INSTITUTO LUZ DA VIDA, não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo social.

Art.3º. O INSTITUTO LUZ DA VIDA tem como finalidade e objetivo desenvolver ações públicas e sociais concretas de acolhimento, objetivando a recuperação, a prevenção e a reinserção social dos adultos de ambos os sexos e gênero, ou seja, de pessoas com transtornos decorrentes do uso de substâncias e de produtos psicoativos, decorrentes do uso, abuso e consumo de todo tipo de drogas lícitas e ilícitas como: tabaco, álcool, medicamentos, e outras, de acordo com o abaixo descrito:

- I. Criar e desenvolver programas de prevenção e recuperação, através do acolhimento de dependentes do tabaco, do álcool, da cola, do medicamento, ou seja, recuperação dos dependentes químicos, assim como orientação às suas famílias;
- II. Promover o acolhimento em um ambiente protegido, técnico e eticamente orientado;
- III. Promover o desenvolvimento pessoal e social, por meio da promoção da abstinência, da reinserção social, buscando a melhora geral na qualidade de vida do indivíduo;
- IV. Promover cursos de capacitação, palestras educativas e orientação aos dependentes químicos e suas famílias;


Advogado
OAB/AL 13.146





- V. Desenvolver, articulando com outros órgãos a implantação de projetos sociais, educativos e culturais, que venham a beneficiar os dependentes químicos acolhidos e suas famílias;
- VI. Promover e efetivar atividades de lazer, de cultura, religiosas, laborais e esportivas, que venham a favorecer a recuperação dos dependentes químicos acolhidos;
- VII. Promover, mediante convênio com entidades especializadas, públicas, privadas e/ou com a sociedade civil o aprimoramento técnico profissional dos associados, tendo sempre em vista a educação cooperativista.

Parágrafo único. Para cumprir suas finalidades sociais, o Instituto Luz da Vida se organizará em tantas unidades quantas se fizerem necessárias, podendo abranger todo o território nacional, as quais funcionarão mediante aprovação da Assembleia Geral, e se regerão pelas disposições contidas neste estatuto.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Art.4º. O INSTITUTO LUZ DA VIDA dedicará às suas atividades através de seus administradores e associados, e adotará práticas de gestão administrativa em prol da recuperação de dependentes químicos promovendo a integração de suas famílias.

Art.5º. São órgãos do INSTITUTO LUZ DA VIDA:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva; e
- III. Conselho Fiscal.

Art.6º. A Assembleia Geral, órgão soberano, se constituirá dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários. Competindo-lhe:

- a) Eleger e destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- b) Decidir sobre reformas do Estatuto;
- c) Decidir sobre a dissolução;
- d) Decidir sobre a conveniência de alienar, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- e) Emitir Ordens Normativas para funcionamento interno;
- f) Deliberar sobre a previsão orçamentária e a prestação de contas;
- g) Decidir em última instância.

Parágrafo Primeiro – Para as deliberações a que se referem os incisos “a”, “b”, e “c”, a assembleia deverá ser especialmente convocada para esse fim, e será aberta, em primeira convocação, com maioria absoluta (50% +1) de associados quites e no gozo de seus direitos e, em segunda convocação, com qualquer número, salvo quando for o quórum legal.

Parágrafo Segundo – Os prazos mínimos, para a convocação das Assembleias Gerais Extraordinárias são de no mínimo 72h (setenta e duas horas), de antecedência.

Parágrafo Terceiro – Os prazos mínimos, para a convocação das Assembleias Gerais Ordinárias são de no mínimo 10 dias de antecedência.

Art.7º. A Diretoria Executiva do INSTITUTO LUZ DA VIDA Será constituída por 03 (três) membros, os quais ocuparão os cargos de: Presidente, Diretor Administrativo e Tesoureiro. Os quais se reunirão ordinariamente, uma vez a cada 06 (seis) meses, mediante convocação expressa do Presidente, e extraordinariamente quando convocada pelo Presidente, ou pela maioria de seus membros.


Gervasio Reimundo dos Santos Nelo
Advogado
OAB/AL 13.146





Parágrafo único - O mandato da Diretoria Executiva será de 04 (quatro) anos podendo ser renovado pelo mesmo período, conforme decisão da Assembleia Geral.

Art. 8º. Compete a Diretoria Executiva:

- I. Dirigir a entidade de acordo com o presente Estatuto, e administrar o patrimônio social;
- II. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as decisões da Assembleia Geral;
- III. Promover e incentivar a criação de comissões, com a função de desenvolver cursos profissionalizantes e atividades culturais, esportivas, religiosas e laborais;
- IV. Representar e defender os interesses de seus associados;
- V. Apresentar a Assembleia Geral, na reunião anual, o relatório de sua gestão e prestar contas referentes ao exercício anterior;
- VI. Admitir pedido de inscrição de associados;
- VII. Acatar pedido de demissão voluntária de associados;
- VIII. Articular com instituições públicas, privadas e com a sociedade civil, para a mútua colaboração em atividades de interesse comum.

Parágrafo único. As decisões da Diretoria deverão ser tomadas sendo necessária a presença da maioria simples de seus membros.

Art. 9º. Compete ao Presidente:

- I. Representar o INSTITUTO LUZ DA VIDA, ativa e passivamente, perante os órgãos públicos, judiciais, extrajudiciais e perante a sociedade civil, inclusive em juízo ou fora dele, podendo delegar poderes e constituir procuradores e advogados para o fim que julga necessário;
- II. Convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- III. Convocar e presidir as Assembleias Ordinárias e Extraordinárias;
- IV. Isoladamente ou conjuntamente com o tesoureiro, abrir e manter contas bancárias, assinar cheques, documentos bancários e contábeis e solicitar cartão multifuncional de débito/crédito;
- V. Organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à Assembleia Geral Ordinária;
- VI. Contratar funcionários ou auxiliares especializados, fixando seus vencimentos podendo licenciá-los, suspendê-los ou demiti-los;
- VII. Criar departamentos patrimoniais, culturais, sociais, religiosos, laborais, esportivos e outros que julgar necessários ao cumprimento das finalidades sociais, nomeando e destituindo os respectivos responsáveis;
- VIII. Assinar Convênios, Consórcios, Contratos ou qualquer modalidade de parcerias com entidade públicas, privadas ou sociedade civil em atividades de interesse comum aos da Comunidade.
- IX. Contratar e demitir nos termos da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, prestadores de serviços.

Parágrafo único. Compete ao Diretor Administrativo, substituir legalmente o Presidente, em suas faltas e impedimentos, assumindo o cargo em caso de vacância.

Art. 10. Compete ao Diretor Administrativo:

- I. Redigir e manter, em dia, transcrição das atas das Assembleias Gerais e das reuniões da Diretoria Executiva;
- II. Redigir a correspondência do Instituto;
- III. Manter e ter sob sua guarda todos os documentos e arquivos de forma estruturada;
- IV. Dirigir e supervisionar todo o trabalho da Secretaria.



Parágrafo único. Compete ao Tesoureiro, substituir o Diretor Administrativo, em suas faltas e impedimentos o cargo em caso de vacância pelo prazo máximo de 30 dias, sendo eleito um substituto para o término do mandato.

Art.11. Compete ao Tesoureiro:

- I. Manter, em estabelecimento bancários, juntamente com o presidente, os valores podendo aplicá-los, ouvida a Diretoria Executiva;
- II. Assinar, em conjunto com o Presidente, os cheques e demais documentos bancários e contábeis.
- III. Efetuar os pagamentos autorizados e recebimentos devidos;
- IV. Supervisionar o trabalho da tesoureira e da contabilidade;
- V. Apresentar ao Conselho Fiscal, os balancetes semestrais e o balanço anual;
- VI. Elaborar, anualmente, a relação dos bens da Associação, apresentando-a quando solicitado, à Assembleia Geral;
- VII. Arrecadar e contabilizar todas as contribuições financeiras, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração;
- VIII. Conservar, sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à tesoureira.

Art.12. O Conselheiro Fiscal será composto por 03 (três) membros, e tem por objetivo, indelegável, fiscalizar e dar parecer sobre todos os atos da Diretoria Executiva, com as seguintes atribuições:

- I. Examinar os livros de escrituração;
- II. Opinar e dar pareceres sobre balanços e relatórios financeiros e contábeis, submetendo-os a Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária;
- III. Requisitar ao Tesoureiro, a qualquer tempo, a documentação comprobatória das operações econômica financeira;
- IV. Acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V. Convocar Extraordinariamente a Assembleia Geral;
- VI. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

Parágrafo Primeiro. O Conselheiro Fiscal reunir-se-á ordinariamente, uma vez por ano, em sua maioria absoluta, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente.

Parágrafo Segundo. As eleições para o Conselho Fiscal realizar-se-ão, de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, por chapa completa de candidatos apresentada à Assembleia Geral, podendo seus membros ser reeleitos pelo mesmo período.

Art.13. A perda da qualidade de membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal será determinada pela Assembleia Geral, sendo admissível somente havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento disciplinar, quando ficar comprovado:

- I. Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II. Grave violação deste estatuto;
- III. Abandono do cargo, assim considerada a ausência não justificada em 05 (cinco) reuniões ordinárias consecutivas, sem expressa comunicação dos motivos da ausência, à secretaria da Comunidade.

Parágrafo Primeiro. Definida a justa causa, o Diretor ou Conselheiro será comunicado, através de notificação extrajudicial, dos fatos a ele imputados, para que apresente sua defesa prévia à Diretoria Executiva, no prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da comunicação.

Parágrafo Segundo. Após o decurso do prazo descrito no parágrafo anterior, independentemente da apresentação de defesa, a representação será submetida à Assembleia


Gerardo Romão dos Santos Heli
Advogado
OAB/AL 13.146





Geral Extraordinária, devidamente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, sendo em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada, 30 (trinta) minutos após a primeira, com qualquer número de associados, onde será garantido o amplo direito de defesa.

Art.14. Em caso renúncia de qualquer membro da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, o cargo será preenchido pelos suplentes ou por indicação em Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro. O pedido de renúncia se dará por escrito, devendo ser protocolado na secretaria do Instituto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da data do protocolo, o submeterá à deliberação da Assembleia Geral;

Parágrafo Segundo. Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria e Conselho Fiscal, o Presidente renunciante, qualquer membro da Diretoria Executiva ou, em último caso, qualquer dos associados, poderá convocar a Assembleia Geral Extraordinária com prazo mínimo de 72 horas, que elegerá uma comissão provisória composta por 03 (três) membros, que administrará entidade e fará realizar novas eleições, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de realização da referida assembleia. Os diretores e conselheiros eleitos, nestas condições, iniciaram um novo mandato pelo período de 04 (quatro) anos.

Art.15. Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal não perceberão nenhum tipo de remuneração, de qualquer espécie ou natureza pelas atividades exercidas no Instituto Luz da Vida.

Art.16. Os associados, mesmo que investidos na condição de membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos e obrigações sociais da Associação.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO E FONTES DE RECURSOS E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art.17. O patrimônio do INSTITUTO LUZ DA VIDA será constituído de:

- I. Bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.
- II. Doações, legados, direitos e valores adquiridos, e suas possíveis rendas e ainda, pela arrecadação dos valores obtidos através da realização de festas e outros eventos, desde que revertidos totalmente em benefício da Instituição;
- III. Pelas receitas de qualquer natureza, inclusive as provenientes da venda de produtos remuneração e trabalhos técnicos;
- IV. Por quaisquer outras formas de benefício que lhe forem destinadas, inclusive recursos e convênios.

Parágrafo único - No caso de dissolução da Instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Art. 18. Os recursos financeiros necessários à manutenção da Instituição poderão ser obtidos por:

- I. Termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- II. Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;
- III. Doações, legados e heranças;
- IV. Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a administração;



- V. Contribuição dos associados;
- VI. Recebimento de Direitos Autorais, etc.

Art. 19. A prestação de contas observará no mínimo:

- a) Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- b) A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débito junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- c) A realização de auditorias, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação de eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- d) A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Art.20. Os bens móveis e imóveis poderão ser alienados, mediante prévia autorização de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social.

CAPÍTULO V DOS ASSOCIADOS (AS)

Art.21. O INSTITUTO LUZ DA VIDA, contará com um número ilimitado de associados, podendo filiar-se somente maiores de 18 (dezoito) anos. A qualidade de associado é adquirida mediante registro formal, condição indispensável à participação nas Assembleias, sendo estes distinguidos em 03 (três) categorias:

- I. Sócios Fundadores, assim chamados àqueles que assinaram a Ata da Fundação do presente, ajudando na criação do mesmo;
- II. Sócios Permanentes, assim chamados àqueles que desejarem se associar a qualquer tempo, estando esta filiação condicionada à autorização expressa da Diretoria Executiva;
- III. Sócio Benemérito, assim chamado àqueles que contribuírem com relevante (s) serviços (s) para a Associação, devendo este (s) ser reconhecido (s) e aprovado (s) pela Diretoria Executiva.

Art.22. São direitos dos associados:

- I. Tomar parte nas Assembleias Gerais, discutindo e votando sobre os assuntos propostos;
- II. Eleger e serem eleitos como membros da Diretoria Executiva;
- III. Submeter, por escrito, à apreciação da Diretoria Executiva, quaisquer sugestões que visem à melhor consecução dos seus fins;
- IV. Reclamar, perante a Diretoria Executiva, das infrações ao Estatuto cometidas por qualquer dos seus membros ou por aquele corpo social;
- V. Fazer-se representar nas Assembleias Gerais, sempre que não possa comparecer, por outro associado efetivo, desde que o comunique por escrito no Presidente da Mesa, antes do início da sessão. Cada associado não poderá representar, contudo, mais de dois associados ausentes.

Parágrafo único – Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais.


Gervásio Almeida dos Santos Neto
Advogado
OAB/AL 13.146





Art.23. São deveres dos Associados:

- I. Observar as disposições dos Estatutos, as deliberações da Assembleia Geral e as decisões da Diretoria Executiva;
- II. Colaborar na realização dos objetivos;
- III. Desempenhar com zelo, dedicação e eficiência os cargos para que forem eleitos, bem como as tarefas que lhe sejam confiadas;
- IV. Comparecer às reuniões da Assembleia Geral ou outras para que sejam convocados.

Art.24. A admissão dos associados se dará independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, e para seu ingresso, o interessado deverá preencher ficha de inscrição, e submetê-la a aprovação da Diretoria Executiva, que observará os seguintes critérios:

- I. Apresentar cópia da cédula de identidade e CPF;
- II. Concordar com o presente Estatuto em sua totalidade;
- III. Ter idoneidade moral e reputação ilibada.

Art.25. É direito do associado, demitir-se quando julgar necessário, protocolando junto a Secretária o seu pedido de demissão.

Art.26. A exclusão do associado se dará nas seguintes questões:

- I. Mediante violação dos deveres estabelecidos no artigo 23 desde Estatuto;
- II. Difamar a Associação a Diretoria Executiva e seus associados;
- III. Cometer grave violação do Estatuto;
- IV. Conduta Duvidosa, Atos Ilícitos ou Imorais;

Parágrafo primeiro - A perda de qualidade de associados será determinada pela Diretoria Executiva.

Parágrafo segundo - Em qualquer das hipóteses previstas nesse artigo, o associado, terá assegurado o direito de ampla defesa, podendo incorrer nas seguintes penas:

- I. Advertência;
- II. Suspensão;
- III. Exclusão do quadro associativo.

Parágrafo terceiro -As penas previstas nos incisos I a III deste artigo serão aplicadas após deliberação da Diretoria e, em qualquer dos casos, caberá recurso a Assembleia Geral, com efeito suspensivo.

CAPÍTULO VI DAS ELEIÇÕES

Art.27. Para participar da eleição da Diretoria Executiva os interessados deverão apresentar chapa completa, devidamente assinada por todos os 04 (quatro) membros que a compõem sendo designados os devidos nomes para cada cargo.

Parágrafo Primeiro. O documento contendo descrição da chapa candidata deverá ser apresentado na secretaria, no prazo máximo de 30 (trinta) dias antes do término do mandato vigente a época.

Parágrafo Segundo. Só poderão ser candidatos a cargos na Diretoria Executiva, os associados que possuírem filiação de no mínimo 06 (seis) meses, contado antes do registro da candidatura.


Gerardo Reimundo dos Santos Neto
Advogado
OAB/AL 13.146





Art.28. A eleição deverá ser convocada com 30 (trinta) dias de antecedência pelo Presidente do **INSTITUTO LUZ DA VIDA** sendo necessária a presença de 2/3 (dois terços) dos presentes, em primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada 30 (trinta) minutos após a primeira, com qualquer número.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.29. O presente Estatuto Social poderá ser reformado no tocante a administração, no todo ou em parte, a qualquer tempo, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar sem voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes, primeira chamada, com a maioria absoluta dos associados e em segunda chamada 30 (trinta) minutos após a primeira, com qualquer número de associados.

Art.30. O **INSTITUTO LUZ DA VIDA** poderá ser dissolvido, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais, ou desvirtuamento de suas finalidades estatutárias ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para este fim, não podendo ela delibera sem voto concorde de 2/3 (dois terço) dos presentes, em primeira chamada, com a totalidade dos associados e em segunda chamada uma hora após a primeira, com qualquer número de associados.

Parágrafo único – Em caso de dissolução social, liquidado o passivo, os bens remanescentes serão destinados para outra entidade assistencial congênere, com personalidade jurídica comprovada e devidamente registrada nos órgãos públicos competentes, devendo esta destinação ser decidida pela Assembleia Geral Extraordinária.

Art.31. A Diretoria Executiva tem o mandato de 04 (quatro) anos, devendo sua composição está descrita em ata de Assembleia Geral que deverá ser devidamente homologada.

Art.32. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras da entidade de conformidade com disposições legais.

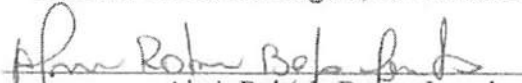
Art.33. Os casos omissos no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria Executiva, com recurso a Assembleia Geral, pelo associado(a) que se achar prejudicado.

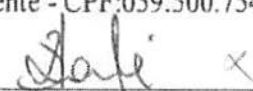
Art.34. Este Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório da cidade de sua localização.

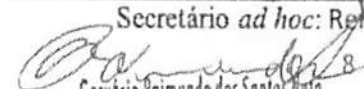
Art.35. Este Estatuto foi alterado e aprovado em conformidade com a ata de Assembleia Geral dia 20 de dezembro de 2019 do **INSTITUTO LUZ DA VIDA**.

2º Ofício

Palmeira dos Índios/Alagoas, 20 de dezembro de 2019


Almir Roberto Borges Leandro
Presidente - CPF:059.500.754-63


Secretário ad hoc: Renato Canté da Silva


Gervásio Reimundo dos Santos Neto
Advogado
OAB/AL-13.146



Estado de Alagoas
Secretaria de Estado da Fazenda
Superintendência da Receita Estadual

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS ESTADUAIS

Certidão fornecida para o CNPJ: 07.977.081/0001-23

Nome/Contribuinte: INSTITUTO LUZ DA VIDA

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir, até a presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos do contribuinte e refere-se a débitos de natureza tributária e descumprimento de obrigações acessórias.

Certidão emitida gratuitamente com base na Instrução Normativa SEF nº. 27 de 15 de maio de 2017.

Certidão emitida nos termos do art. 78 da Lei nº 6.771/06 e do art. 255 do Decreto nº 25.370/13.

Válida até 11/06/2026

Emitida às 06:04:53 do dia 12/04/2026

Código de controle da certidão: 6643-4D6B-D675-4B80

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Executiva da Receita Estadual na internet, no endereço: www.sefaz.al.gov.br.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: INSTITUTO LUZ DA VIDA
CNPJ: 07.977.081/0001-23

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:45:24 do dia 13/04/2026 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/10/2026.

Código de controle da certidão: **94E8.A7FD.B0E3.FD7B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS - AL
ALVARÁ DE LICENÇA PARA
LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Alvará
31/2026

Situação
Ativo

Liberado em
04/02/2026

Validade até
31/12/2026

Na forma das disposições legais vigentes, a administração pública municipal em função do Poder de Polícia pelo controle e fiscalização da atividade econômica desenvolvida no município, concede a presente licença para o funcionamento da Unidade Econômica abaixo identificada para funcionar em âmbito municipal.

Nome / Nome empresarial

INSTITUTO LUZ DA VIDA

Título do estabelecimento (Nome de fantasia)

INSTITUTO LUZ DA VIDA

Nome no cadastro Econômico municipal

INSTITUTO LUZ DA VIDA

CPF/CNPJ

07.977.081/0001-23

Inscrição municipal

28160

Endereço de funcionamento

Rua Povoado Uruçu, nº

Zona Rural - Palmeira Dos Índios/Alagoas - CEP 57600-000

Porte empresarial

Demais

Classificação da Inscrição Municipal

01) Estabelecimento fixo

Atividade econômica municipal (referência para tributação)

Classificação

94.3.0-8.00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

Principal

94.9.3-6.00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

Secundária

94.9.9-5 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

Secundária

CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas)

Classificação

87.20-4-99 - Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química e grupos similares não especificadas anteriormente

Principal

Observação

ALVARÁ DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS Nº 81019 VÁLIDO ATÉ 24/04/2027

ALVARÁ SANITÁRIO ASS 24/2022 - VALIDO ATÉ 26/11/2026

ESTE DOCUMENTO DEVERÁ SER AFIXADO EM LUGAR VÍSEL EM CASO DE ATIVIDADE ESTABELECIDADA OU APRESENTADO QUANDO REQUERIDO E RENOVADO ANUALMENTE.

Este documento refere-se exclusivamente a entidade supracitada, afim de concessão de alvará, de situação e de regularização cadastral, e sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade e qualquer rasura ou emenda o invalidará.

A presente licença poderá ser revogada a qualquer momento pela administração municipal caso seja constatado o descumprimento de quaisquer das obrigações impostas pela legislação aplicável.



Autenticidade deste documento poderá ser confirmada na internet com QRcode ou no endereço:
<https://agilblue.agilcloud.com.br/portal/prefpalmeiradosindios-al/#autenticidade>

Tipo de documento: Alvará

Código do documento: 94086036



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2764118592



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

3 - NOME E SOBRENOME
ALMIRO ROBERTO BORGES LEANDRO

1 - HABILITAÇÃO
26/01/2009



3 - DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
30/04/1984, ARAPIRACA, AL

44 - DATA EMISSÃO
20/03/2024

45 - VALIDADE
31/03/2034

46 - CATEGORIA / END. CATEGORIA / UF
2003001040060 SSP AL

48 - CNH
059.500.754-63

49 - Nº SEQUENCIAL
04552018119

5 - CNH NOVA
AR

6 - NACIONALIDADE
BRASILEIRO

7 - PROFISSÃO
NAO DECLARADO

MARIA DE LOURDES BORGES LEANDRO

Almiro Roberto Borges Leandro

7 - ASSINATURA DO PORTADOR

	09	10	11	12
ACC 				
A 			20/03/2024	
AB 				
AC 			20/03/2034	
BD 				
C 				
CE 				

	09	10	11	12
D 				
DE 				
RE 				
CE 				
CM 				
DE 				
DIE 				

12 - OBSERVAÇÕES

1 - LOCAL
MACEDO, AL

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO

18599141450
AL01M54180

ALAGOAS

2764118592

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

[illegible]

I<BRA045570184<192<<<<<<<<<<
8404305M3403200BRA<<<<<<<<<<8
ALMIR<<ROBERIO<BORGES<LEANDRO<



ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS
GABINETE DO PREFEITO



LEI Nº 2.472/2022, DE 03 DE MAIO DE 2022

"Declara de Utilidade Pública Municipal o Instituto Luz da Vida, e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Municipal o Instituto Luz da Vida, inscrito no CNPJ nº 07.977.081/0001-23.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palmeira dos Índios/AL, em 03 de maio de 2022.

JÚLIO CEZAR DA SILVA
Prefeito

CINARA MARIA DA SILVA BARBOSA
Secretária Municipal de Gestão Pública e Patrimônio





Previsto pela Lei Federal n 8.742 de 07/12/1993, e criado pela Lei Municipal n 1.613/2003 de 13/08/2003 Atualizada pela LEI Nº 2.326/2020, DE 01 DE ABRIL DE 2020 "Dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de Palmeira dos Índios/AL e dá outras providências"

Ao responsável legal pela (o): Instituto Luz da Vida Comunidade Acolhedora Luz da Vida – CNPJ: 07.977.081/0001-23

Localizada na Zona Rural Povoado Uruçu s/n Palmeira dos Índios-AL.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições vem através deste informar a entidade supracitada que a mesma encontra-se inscrita neste conselho com o número de inscrição 84.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

Palmeira dos Índios – Alagoas 10 de maio de 2022.

Edvânia Vieira da Silva
Edvania Vieira da Silva
Presidente do CMAS